

Religiosidade e civismo entrelaçados: os congressos de brasilidade*

Neide Almeida Fiori

Universidade do Sul de Santa Catarina

Resumo

Este estudo se ocupará com as reuniões cívicas denominadas Congressos de Brasilidade que, com a característica de serem obrigatórios, foram realizados no país entre os anos de 1941 e 1944. O campo de investigação é constituído pelo estado de Santa Catarina e a metodologia principal será a pesquisa bibliográfica e documental, sendo priorizada a realidade empírica a partir da qual serão elaboradas reflexões teóricas. As análises priorizarão o civismo e a religiosidade católica.

Palavras-chave: Estado Novo, religiosidade católica, civismo.

Abstract

This study will focus on the civic meetings called "Congressos de Brasilidade", that occurred in Brazil between 1941 and 1944 as obligatory events. The state of Santa Catarina constitutes the investigation field and the main methodology will be the bibliographic and documentary researches, considering the empirical reality from which theoretical reflections will be elaborated. The analyses will emphasize the civism and the Catholic religiosity.

Keywords: New State, Catholic religiosity, civism.

* Religiosity and civism entwined: the "Congressos de Brasilidade".

I - Os congressos de brasilidade

O objetivo principal deste estudo é analisar, em tempos do Estado Novo (1937-1945), os Congressos de Brasilidade - eventos governamentais de exaltação cívica que foram realizados sempre de 10 a 19 de novembro, entre os anos de 1941 a 1944, integrando as comemorações referentes ao aniversário da ordem constitucional de 1937 e do Estado Novo. O termo Congresso, por todos conhecidos, é completado pela expressão Brasilidade, que se desejava fosse difundida por toda a sociedade nacional. No caso, tratava-se de uma das dimensões da Brasilidade, a que valorizava e buscava a homogeneidade social - na vida política, na esfera jurídica, na realidade étnica, na vivência da religião - sintetizada na expressão "Unidade".

Desejava-se que os eventos de Brasilidade ocorressem pelo Brasil afora e fossem capazes de emocionar a consciência cívica nacional e assim atuar no ideário e nas ações patrióticas; os Congressos visavam, enfim, "a exaltação cívica em todas as esferas de atividades brasileiras".¹ De que civismo e de que Brasilidade se falava? A Brasilidade abrange tudo que se relacione com a prosperidade do país; e mais ainda, que lute contra "a descaracterização do Brasil nas zonas de colonização estrangeira".²

Estes Congressos foram concebidos para ocorrer em todo o país e assim estabelecer uma verdadeira rede de comemorações. Desenvolveram-se em diferentes níveis da vida político-social: a instância federal (com a presença pessoal de Vargas e de chefes militares); a instância estadual (envolvendo os Interventores e Prefeitos Municipais) com eventos que ocorriam nas mais diversificadas cidades - das capitais até pequenos núcleos interioranos (especialmente neste último caso, a escola estava muito presente).

Os Congressos de Brasilidade apresentavam algumas semelhanças estruturais: 1) na perspectiva da diacronia (nos diversos anos em que se realizaram, de 1941 a 1944), a Programação Geral que emanava da Comissão Central, na cidade do Rio de Janeiro, manteve a mesma

¹ ESTADO DE SANTA CATARINA. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 4 de novembro de 1941. Ano III, n. 2134. p.1.

² SANTA CATARINA. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 18 de novembro de 1941. Ano VIII, n. 2143. p.1.

estrutura básica. 2) De acordo com a perspectiva da sincronia (num dia considerado, em qualquer ponto do território nacional), a Programação desenvolvia-se em torno do mesmo tema geral. Nesse sentido, o Brasil podia ser considerado um imenso auditório onde os eventos de Brasilidade tratavam do mesmo assunto cívico no mesmo tempo/dia; assim se pretendia difundir emoções nacionalistas semelhantes, que estimulavam o sentimento de unidade.

Uma questão importante é saber: como o tecido social era envolvido nas comemorações dos Congressos de Brasilidade? Que grupos sociais, prioritariamente, os eventos objetivavam influenciar? A meta principal era atingir a camada social que, pelo menos de forma direta, não exercia o poder de governo. Camada social que pode ser desdobrada em povo³ e em elite. 1) No que diz respeito ao povo, os eventos de Brasilidade visavam apontar o rumo que as massas deviam seguir, este caminho era tornado público em solenidades cívicas como conferências, desfiles militares e escolares; 2) Com referência à elite, havia à sua disposição duas vias de participação: como “seleta assistência” ou como a detentora do “poder da palavra”.

Ao analisar os rituais de caráter político em suas formas e linguagens, Léo Moulin apresenta uma descrição das liturgias políticas inseridas na história, segundo o apelo que fazem aos sentidos humanos. A audição é especialmente estimulada em algumas situações específicas: os cantos partidários, as marchas militares e a batida ritmada dos aplausos e das marchas, a música, os gritos, as vaias, os slogans e a palavra.⁴ Analisando agora os Congressos de Brasilidade como parte de uma liturgia política, pode-se dizer que os mesmos constituíam-se em “ritos seculares” que privilegiavam a “palavra”, ou seja, o “discurso cívico-nacionalista”, concretizado em cerimônias, comemorações, manifestações e desfiles, vivenciados num clima afetivo. Essa situação faz lembrar o que Sironneau escreveu ao analisar o comunismo marxista e o culto da personalidade nos tempos de Stalin, quando ocorria a primazia da palavra sobre os gestos e símbolos. Assim, também, nos Congressos de Brasilidade ha-

³ Expressão endossada num sentido que faz prevalecer o elemento quantitativo e que, sob a perspectiva da estratificação social, considera que o vocábulo se contrapõe ao termo elite.

⁴ MOULIN, L. *Les socialisations*. Gembloux: Duculot, 1975. Citado por RIVIÈRE, C. *As liturgias políticas*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, Imago Ed., 1989. p.228.

via numerosas situações que podem ser relacionadas com cerimônias patrióticas em geral. Mas o que os caracterizava, no sentido de dar-lhes singularidade, como já foi dito, era a “primazia da palavra”, dos discursos.

As últimas considerações nos remetem à obra de Pierre Bourdieu, O que falar quer dizer, na qual o autor afirma a importância da palavra do porta-voz autorizado que se exprime, em situação solene, com uma autoridade que não é dele, mas que tem a mesma amplitude, em termos de limites e de força, da delegação que lhe foi conferida. A palavra do porta-voz, portanto, está dotada de uma força que não é do “dono da voz” mas que deriva da instituição que lhe delegou poderes para falar. Daí a sua importância política.

Pelo Brasil afora, os palestrantes, os que discursavam no decorrer dos eventos de Brasilidade, faziam-no na situação de “porta-vozes” e assim a sua palavra concentrava e tinha a força do capital simbólico acumulado pelo grupo; estavam no exercício de um poder simbólico que lhes fora delegado (no caso, pelo governo). O público ouvia a palavra de representantes institucionais do Exército brasileiro (o General, o Capitão), do Departamento de Imprensa e Propaganda (o Diretor, os assessores) etc. Ou a palavra de “outros porta-vozes autorizados” que, embora não ligados diretamente aos organismos governamentais, falavam por eles; assumiam o papel de representá-los: desembargadores, médicos, advogados, jornalistas, religiosos, industriais, professores, engenheiros. Enfim, lideranças que integravam as chamadas “elites sociais”. Estes fatos cívicos que se relacionavam intimamente com o exercício do poder, desenvolviam-se num clima que se queria o mais agradável e festivo possível. Como bem diz Foucault ao tratar o poder como uma rede: “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”.⁵

As programações referentes aos Congressos de Brasilidade eram enviadas ao Interventor Federal, de todos os pontos do estado de Santa Catarina – para ilustrar, desde a serrana cidade de São Joaquim até a litorânea Jaguaruna.

⁵ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p.8.

1 - A região de São Joaquim, de povoamento antigo que se deu quando os criadores de gado do ciclo bandeirante de povoamento, que tinham na cidade paulista de Piracicaba uma importante base de apoio, atravessaram o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Devido às muitas necessidades que sentiam alguns estancieiros que haviam se instalado na região, decidiram construir um povoado com sua Igreja Católica e suas casas de moradia ao redor. Com um inverno rigoroso que fica oscilando em torno de zero graus, o povoado recebeu o expressivo nome de São Joaquim da Costa da Serra. Em 1871, foi elevado a Distrito; e pouco mais de uma década depois, ascendeu à categoria de município. São Joaquim apresenta um perfil de latifúndio; geograficamente integrada à região dos Campos de Lages, até a década de 60 era considerada “a área pecuarista de côrte do estado”;⁶ na época era a região que apresentava a menor densidade demográfica do estado de Santa Catarina – cerca de 20 habitantes por Km².⁷

No Primeiro Congresso de Brasilidade (1941), nessa cidade, no alto de seus aproximadamente 1.300 metros de altitude, discursaram autoridades como o Juiz de Direito e o Promotor Público. Mais ainda, ouviu-se um Jornalista e diversos representantes da região que deitavam suas origens em famílias de fazendeiros, ou eram ligados às atividades de criação de gado mediante cultura extensiva; integravam a elite social.

CONGRESSO DE BRASILIDADE

São Joaquim

Programa

*Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência
que o Programa dos festejos do Estado Novo foi
assim organizado*

⁶ LAGO, P. F. *Santa Catarina: a terra, o homem e a economia*. Santa Catarina: Edição da UFSC, 1968, p.359.

⁷ Região pouco habitada que, nos tempos da Revolução de 30, foi procurada por Assis Chateaubriand para escapar a uma ordem de prisão. Chegou à cidade viajando a cavalo pelo cocoruto da Serra do Mar. MORAIS, F. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.233-234.

Dia 10

Hasteamento do pavilhão nacional na Praça da Bandeira, com o hino tocado pela banda de música e cantado pelos alunos do grupo escolar, escoteiros, autoridades, povo, discursando o Juiz de Direito da comarca, dr. Manuel Lacerda, sobre o Estado Novo e a personalidade de Presidente Vargas. Desfile pelas ruas da cidade, assinatura de mensagens telegráficas ao Presidente da República, Interventor e comissão diretora do 1º Congresso de Brasilidade.

Dia 11 a 14

Conferências no Grupo Escolar sobre os vultos da História Pátria;

Dia 15

*Grande parada da mocidade e competições atléticas,
Discursando o jornalista Rubens Furtado;*

Dias de 16 a 18

Conferências no Fórum sobre o Estado Novo e as grandiosas realizações do governo do Presidente Vargas, pelos senhores Dimas Antunes, Enedino Ribeiro e Archimedes Faria.

Dia 19

Concentração de toda a população na Praça da Bandeira onde serão cantados hinos patrióticos, discursando o Dr. Homero Paim.

*Sessão cívica no Clube Áustria,
Lavratuira de ata dos festejos
Discursando o Dr. Promotor Público.
Em seguida grande baile.*

Saudações respeitosas.

Hercílio Vieira, Prefeito⁸

A cidade de São Joaquim difere muito de Jaguaruna, como se verá; mas em ambas (e em todo o resto do estado), ocorriam os eventos de Brasilidade, semelhantes em sua essência. Mas pode-se também identificar algumas diferenças nesses rituais cívicos: 1) a programação em São Joaquim deixa perceber melhor a participação individual, as lideranças; o programa indica nomes, apresenta-se mais personalista; 2) já a programação referente a Jaguaruna detém um perfil mais de ações cívicas, de atividades institucionais. Mas em ambas as cidades, como pode soar pouco usual aos nossos tempos, civismo e baile se articulavam e as danças ocorriam sempre no considerado “melhor clube social da cidade” e faziam parte do encerramento festivo das comemorações.

2 - Com referência à cidade de Jaguaruna, a programação do Primeiro Congresso de Brasilidade (1941) está apresentada a seguir. Trata-se de uma cidade inserida na chamada Região do Litoral de Laguna, sem perfil de latifúndio e já perto do mar, com seus portos e atividades de pesca. A área pode ser considerada como muito diversificada sob o ponto de vista fisiográfico, econômico e étnico. A agricultura também foi relevante para a fixação dos grupos humanos na região que, até a década de 60, detinha uma importância nacional através de suas usinas de extração e beneficiamento do carvão.⁹ Situado nesse contexto regional, o município de Jaguaruna é considerado bastante antigo, sua criação ocorreu com o decreto n. 38 de 06 de janeiro de 1891. Contudo, apresentou descontinuidade em sua vida político-administrativa, pois foi su-

⁸ ESTADO DE SANTA CATARINA. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis. 12 de novembro de 1941. Ano VIII, n. 2139. p.4.

⁹ LAGO, P. F. *Santa Catarina: a terra, o homem e a economia*. Santa Catarina: Edição da UFSC, 1968. p.22-23.

primido no ano de 1923. Surgiu novamente, no ano de 1930, com vida política ao nível de município. Assim como unidade municipal, devia capitanear as ações cívicas que caracterizavam os Congressos de Brasilidade.

CONGRESSO DE BRASILIDADE

Jaguaruna

Programa

Dia 10

Homenagens ao Estado Novo, Inauguração das escolas do município, preleção sobre a personalidade do Excelentíssimo Senhor Dr. Getúlio Vargas, criador e orientador do Estado Novo; Inauguração, nas escolas municipais do retrato do grande catarinense, dinâmico Interventor Federal em nosso Estado. Retreta, às 16 horas, pela Banda "Amor à Pátria" na praça dr. Getúlio Vargas, em homenagem ao Estado Novo e ao seu fundador. Sessão cívica à noite, nos salões do Clube Recreativo Primeiro de Janeiro falando vários oradores, os quais focalizarão as grandes realizações do Estado Novo, instituído e sabiamente orientado pelo benemérito Presidente Getúlio Vargas. Após, serão feitas declamações pelos escolares, e entoados hinos e canções patrióticas.

Dia 15

Proclamação da República, hasteamento do pavilhão brasileiro no edifício da Prefeitura Municipal, às 9 horas, ao som do Hino Nacional. À noite, grandioso baile nos salões do Clube 1º de janeiro.

Dia 19

Dia da Bandeira. Às 9 horas, hasteamento do pavilhão nacional pelo senhor Prefeito Municipal, na Praça da Bandeira, ao som do hino pátrio. À tarde, concentração escolar na Praça da Bandeira, desfile de escolares pelas ruas da cidade, cantando hinos e canções patrióticas.¹⁰

Os Congressos de Brasilidade sempre geravam uma movimentação cívica pelas ruas da cidade, lembrando quase um procissão religiosa; contudo, no lugar das imagens dos santos estava agora a Bandeira Nacional. Mas a religiosidade, embora não desfilando pelas ruas, fazia-se presente através da Igreja Católica que, nos Congressos de Brasilidade, tinha um espaço reservado na Programação e uma responsabilidade: discorrer sobre a “Unidade Moral e Social”.

II - O espaço da religiosidade

O sociólogo Émile Durkheim escreveu *As formas elementares da vida religiosa* entendendo que a religião relaciona-se com o pressuposto da existência do profano e do sagrado, sendo a organização das crenças relativas ao sagrado, do qual decorrem, por caminhos mais ou menos lógicos, os ritos e as práticas religiosas. Por sua vez, a Igreja é entendida como “uma sociedade cujos membros estão unidos pelo fato de conceber, da mesma maneira, o mundo sagrado e suas relações com o mundo profano, e de traduzir essa concepção comum em práticas idênticas (...)”.¹¹

As Igrejas, na ordem cultural, integram as instituições sociais. Nesse sentido, são consideradas congregadoras de um certo número de pessoas que alimentam as mesma fé religiosa, que se reúnem para a sua observância, cercadas por alguns elementos considerados básicos ao pro-

¹⁰ ESTADO DE SANTA CATARINA. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 12 de novembro de 1941. Ano VIII, número 2139. p.5.

¹¹ DURKHEIM, É. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Trad. Joaquim Pereira Neto. 2ª ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1989. P.75-76.

cesso, como as crenças, os rituais, a formatação organizacional que adquire a instituição religiosa. Enfim, as instituições religiosas são consideradas as fornecedoras dos meios através dos quais se expressam as crenças relacionadas ao universo sobrenatural. Preconizam formas reconhecidas de culto e atividades organizacionais que incutem um sentimento de segurança e de unidade gerados pela mesma visão das verdades eternas.

Como toda instituição, a Igreja Católica, ao se preocupar com a expansão de seus ensinamentos pelo mundo, acaba desenvolvendo interesses e procura defendê-los, especialmente os que se relacionam à difusão de sua mensagem religiosa. Assim, passa a preocupar-se com aspectos como a sua relação/posição perante outras instituições religiosas, a sua unidade, a sua influência na sociedade. Uma expressiva ilustração dessa ordem de preocupações pode ser encontrada na Carta Pastoral do ano de 1916, na qual Dom Sebastião Leme (então Arcebispo de Olinda e Recife) salientava o fato de ser o Brasil a maior nação Católica do mundo, mas na vida social, apresentar fortes problemas institucionais: carência de padres, práticas religiosas populares consideradas deficientes, falta da liderança de intelectuais católicos, limitada influência política.¹² Assim sendo, entende-se que a Igreja Católica se preocupe com a questão do espaço que ocupava, no âmbito da partilha do poder do Estado. Ao entrar em vigor a Constituição de 1937, essas preocupações aumentarão.

Com a ordem de forças do Estado Novo, vivendo uma nova situação, a Igreja Católica passa a dever obediência ao Estado; alguns membros, de início, tentam rebelar-se, principalmente os de tendência integralista como Dom Helder Câmara e Dom Sebastião Leme. O que o governo desejava? Queria, segundo foi dito por Filinto Muller, o poderoso Chefe de Polícia, que a autoridade eclesiástica maior.

“Determinasse a todo o clero que nas suas pregações acentuassem a necessidade de ser cumprido o que manda a Igreja no que se refere ao respeito, à obediência e ao acatamento às autoridades constituídas. Desde que esses princípios fundamentais da religião fossem cumpridos fielmente, não haveria razão para queixas e a Igreja continuaria a

¹² LEME, Dom Sebastião. “Carta pastoral a Olinda”, Citado por MAINWARING, S. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989. p. 41.

¹³ CARONE, E. *A terceira república: 1937-1945*. 2ª ed. São Paulo, Difel, 1982. p. 14-15.

viver tranqüilamente entre nós como sempre tem vivido, orientando espiritualmente a grande maioria do povo brasileiro.”¹³

A instituição religiosa católica, todavia, em breve se acomoda e passa a acatar as decisões do governo de Vargas.¹⁴ A partir daí, passa a haver um regime de cordialidade e mesmo cooperação entre Estado e Igreja Católica; ou seja, entre governantes e autoridades da hierarquia religiosa.

O advento da República, décadas passadas, fora também um momento que definira novos rumos: ocorrera a separação entre o Estado e a Igreja, uma situação muitas vezes desejada pela instituição religiosa - o decreto de 7 de janeiro de 1890 concedeu à Igreja Católica um conjunto de liberdades que antes não estavam à sua disposição. Vivendo com certa euforia esse contexto de busca de caminhos, a Santa Sé aprovou a solicitação dos Bispos brasileiros no sentido de que, sendo considerado necessário desenvolver-se uma eficiente ação pastoral, era imprescindível também que novas dioceses fossem criadas. Assim, na região Sul surgem a de Curitiba (1894) e a de Florianópolis (1908).

A Igreja Católica no Brasil, até a segunda metade do século XIX, não tinha mantido vínculos fortes com o Vaticano e assim houve a possibilidade de trilhar caminhos mais específicos e de adquirir uma fisionomia particular.¹⁵ No mundo católico brasileiro de então estavam muito presentes as benzeduras, as procissões, as festas, as devoções e um estilo de comportamento religioso e moral que não se coadunava com o catolicismo de tom europeu e romanizado - o ultramontano. Na visão de muitos, havia necessidade de reformar a religiosidade luso-brasileira, aproximando-a de Roma; enfim, concretizar a romanização. Neste sentido, os Bispos foram personagens de vanguarda e, no período de 1889 a 1920, entre os prelados considerados capazes de lutar pela romanização da Igreja Católica, cita-se¹⁶ Dom João Becker¹⁷ e Dom Joaquim

¹³ CARONE, E. *A terceira república: 1937-1945*. 2ª ed. São Paulo, Difel, 1982. p. 14-15.

¹⁴ Idem. p.13 e 16.

¹⁵ MAINWARING, S. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982. p.32.

¹⁶ Cabe ainda fazer algumas referências: 1) Bispo Dom José de Camargo Barros (1858-1906), Bispo de Curitiba em 1903 e de São Paulo em 1904 ; 2) Bispo Dom Duarte Leopoldo e Silva (1867-1938), Bispo de Curitiba em 1904, Bispo de São Paulo em 1906 e Arcebispo a partir de 1908. Conforme MICELE, S. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988. p.89 e p.91.

¹⁷ Dom João Becker (antes vigário da paróquia de Menino Deus, na cidade de Porto Alegre) foi o primeiro Bispo de Santa Catarina, sendo sucedido por Dom Joaquim Domingues de Oliveira.

Domingues de Oliveira.¹⁸ Contudo, essa relação poderia ser completada, embora num período posterior, com a inclusão de um prelado catarinense, Dom Daniel Hostin, Bispo de Lages (1927), que também desenvolveu uma relação muito especial com o poder político constituído e com o nacionalismo que se implantava sob o Estado Novo. Assim, todos são considerados personagens importantes, mas Dom Joaquim será o analisado, devido às suas fortes ligações com os Congressos de Brasilidade.

Foi em Portugal que nasceu Dom Domingues de Oliveira, às margens do rio Douro – Vila Nova de Gaia - quando corria o ano de 1878.¹⁹ Mas coube à cidade de São Paulo ver desfilar a sua infância. Encaminhou-se para estudos de Direito e de Medicina, no entanto, em breve toma um rumo que lhe seria definitivo: em dezembro de 1901 recebe a ordenação sacerdotal. Logo começa a subir na hierarquia eclesiástica. Jovem ainda, aos 35 anos, foi nomeado Bispo de Florianópolis, situação hierárquica da Igreja Católica que é considerada como “a plenitude do sacerdócio”.

Chega à cidade em 7 de setembro de 1914, é recebido com grande solenidade pelas autoridades e com esfuziante júbilo pelos católicos, para os quais, durante longos 53 anos, foi Bispo e, a partir de 1927, Arcebispo Metropolitano: “iniciou o pastoreio nos albores da República, atravessou a República Velha, o Estado Novo, o período pós-guerra, viu a Revolução de 1964 e ultrapassou-a, chegando à Sexta República”.²⁰

As relações entre Igreja e Estado constituem-se no campo mais envolvente do pensamento de Dom Joaquim. Como diz seu autorizado biógrafo, Padre José Besen, trata-se aí de uma área cheia de surpresas, para quem tem sua existência num mundo distante do vivido pelo Arcebispo – onde não mais se coloca em dúvida a cidade secular. O pensamento de Dom Joaquim nos conduz a uma outra realidade, a da atmosfera sacral, a da cristandade, onde a interpretação cristã penetra todos os aspectos da vida.²¹ Inclusive a política.

¹⁸ WERNET, A. Prefácio. In: SERPA, É. C. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1997. p.10.

¹⁹ Filho do Capitão Joaquim Domingues de Oliveira Beleza e de Joaquina da Silva Mota, nasceu em 4 de dezembro de 1878.

²⁰ BESEN, J. A., Pe. *Dom Joaquim Domingues de Oliveira: traços biográficos: tinha de pensamento; a palavra do pastor (antologia)*. Florianópolis, Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1979. p.27.

²¹ Idem, p.49.

Essas colocações preliminares ajudam a entender a participação do Arcebispo Dom Joaquim Domingos de Oliveira no Primeiro Congresso de Brasilidade, o mais solene e importante, realizado no ano de 1941. As autoridades governamentais convidavam sempre integrantes da mais alta hierarquia da Igreja Católica para, no decorrer dos eventos de Brasilidade, discorrer sobre a “Unidade Moral e Social do povo brasileiro” - o que se revelou como um verdadeiro fórum de relações Igreja - Estado Novo. Era o momento reservado para se ouvir a voz da Igreja, falando através das conferências de seus representantes mais prestigiados.

Assim, a presença, a obra, enfim, a missão da Igreja Católica vai estar muito atuante nesses Congressos; e seu espaço político privilegiado situa-se nos momentos de resgatar o passado histórico brasileiro – nos tempos coloniais, *Brasil e Portugal* são apresentados como desenvolvendo relações harmônicas, sob a égide espiritual da Igreja. As falas, principalmente as dos militares e dos religiosos, vão apresentar-se impregnadas da mística religiosa da empresa marítima portuguesa e dos Descobrimentos, cuja grande síntese está na expressão “civilizar e evangelizar”.

No Primeiro Congresso de Brasilidade realizado na cidade de Florianópolis (1941), ouve-se a palavra de Dom Joaquim Domingos de Oliveira. Sua palestra aparenta ter sido bastante planejada. O Arcebispo tinha a responsabilidade de discorrer sobre o tema geral: “Unidade Moral, com a formação de um complexo de superioridade que reuna, às nossas virtudes inatas de afabilidade, tolerância e cordura, as reservas de energia, denodo, lealdade, altivez e bravura do povo brasileiro.”²² Esta seria uma temática cativa da Igreja Católica.

O tema “Unidade Moral e Social” exigia que as conferências se ocupassem em analisar o povo brasileiro sob o ângulo de suas “virtudes inatas de afabilidade, tolerância e cordura”. Essas palavras fazem lembrar Sérgio Buarque de Holanda, em sua mais famosa obra, *Raízes do Brasil*. Como recorda Antônio Cândido, o livro, publicado pela primeira vez em 1936, surgiu num momento histórico em que os intérpretes do

²² ESTADO DE SANTA CATARINA. *Departamento Estadual de Imprensa e Prapaganda. Primeiro Congresso de Brasilidade em Santa Catarina. “Unidade Moral”*. Também pode ser encontrado em: ESTADO DE SANTA CATARINA. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 18 de novembro de 1941. Ano VIII, n. 2143. p.2-3.

passado brasileiro mostravam estar deveras preocupados com os aspectos de natureza biológica, demonstrando fascinação pela “raça”, bem ao molde das influências evolucionistas. Eis que Sérgio Buarque de Holanda vai por outros caminhos: elabora uma análise nacional com muito de Psicologia e de História Social. E mais ainda: “em plena voga das componentes lusas avaliadas sentimentalmente, percebeu o sentido moderno da evolução brasileira, mostrando que ela se processaria conforme uma perda crescente das características ibéricas, em benefício dos rumos abertos pela civilização urbana e cosmopolita, expressa pelo Brasil dos imigrantes”.²³ Sérgio Buarque de Holanda dizia então que, em função de um passado histórico, os brasileiros podem ser considerados sobretudo neo-portugueses; mas seria preciso ser pós-portugueses; em outras palavras, simplesmente brasileiros.²⁴ Muito ajustado ao tipo do brasileiro neo-português, há a figura do “homem cordial”, aquele que trata desconhecidos como se fossem familiares, agregados e mesmo escravos. Seu comportamento social é transbordante, pleno de subjetividades.²⁵ A conferência de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, todavia, não anda por essas suaves plagas – em nada enfoca a cordura, isto é, o caráter, a afabilidade e a cordialidade do povo da terra.

O discurso do Arcebispo situa-se na tradição de seu estilo hermético e de sua linguagem episcopal, por vezes quase incompreensível. Analisando-o em seu conjunto e dirigindo a atenção ao que o conferencista “não falou” (ou “muito pouco falou”), percebe-se algumas questões interessantes. O orador participa do um evento na qualidade de Arcebispo - representante oficial de uma fé religiosa, a Católica e Romana. De sua conferência, outrossim, pode-se dizer que esta instituição está pouco presente. A referência à Igreja aparece mais na obra de seus seguidores como na figura do Padre Antonio Vieira, nos tempos coloniais do Brasil.

No que diz respeito ao conteúdo explícito, pouco se identifica com uma fala do mundo do sagrado, da religião, que trate de “coisas invisí-

²³ CÂNDIDO, A. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979. p.21.

²⁴ REIS, J. C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.122.

²⁵ Idem, p.134.

²⁶ ALVES, R. *O que é religião*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984. p.25.

veis, coisas para além dos nosso sentidos comuns que, segundo a explicação, somente os olhos da fé podem contemplar.”²⁶ O que efetivamente vai estar no centro do palco, pode ser melhor relacionado com poder religioso e poder civil; ou com religião e civismo, de que as palavras a seguir, proferidas pelo Arcebispo, podem ser consideradas ilustrativas:

“Dir-se-á que a cátedra da religião, do Evangelho, da verdade suprema, enfim, com mais razão se levanta e ostenta no recinto sagrado. Que ali mais facilmente se escutam as entonações do verbo divino. Que para isso há a casa de Deus que é, por igual, a casa dos homens. Como se fôra impróprio do ministro da religião e do Evangelho, e ainda sentindo n’alma as ressonâncias da verdade suprema, ou por isso mesmo, ocupar o róstro onde se conclamam as multidões, o santuário, donde promanam e se difundem as leis, o templo em que se alberga o direito, se tecem justas lóas à Pátria, mãe generosa e dadivosa, em uma palavra, se cultua e exalça o civismo.”²⁷

Com a disciplina intelectual que o caracterizava, Dom Joaquim Domingues de Oliveira aparentemente procura não se afastar da missão discursiva que lhe fora dada e que aponta, como tema a discorrer, as virtudes inatas do povo brasileiro, como a “afabilidade, tolerância e cordura”. Essas qualidades aparecem no discurso de Dom Joaquim mas encaminhadas em outras direções, que em nada lembram Buarque de Holanda. Assim, louva a “cordura e bondade” e também a energia do governo militar do Marechal Floriano Peixoto. Os mesmos qualificativos aplica ao sucessor, Prudente de Moraes, e ao seu governo civil que, por entender necessário à máquina governamental, não vacilara em mandar prender o general Pinheiro Machado e fechar o Clube Militar - nível de detalhamento do discurso episcopal.

Como interpretar essas colocações? Um caminho será partir do pressuposto que Dom Joaquim apoiara-se na verdade bíblica que ensina: “todo o poder vem de Deus e em seu nome é exercido” - o poder tem origem divina; e, por desdobramento, não há autoridade que não proceda de Deus. A partir desta concepção, abre-se espaço para uma articulação entre a Igreja Católica e o poder civil, e as autoridades que o exercem. Assim, ao engrandecer a pátria e apoiar as autoridades se estaria

²⁷ OLIVEIRA, J. D. de. Arcebispo Metropolitano. Unidade Moral. In: SANTA CATARINA. *Primeiro Congresso de Brasilidade em Santa Catarina*: 10 a 19 de novembro de 1941. Florianópolis, DEIP, [s.d.] p. 52.

a louvar, em última análise, a ordem divina que os constituiu e mantém. Desse entendimento básico deriva, também, um clima de proximidade, e mesmo de complementariedade, entre religiosidade e civismo. Enfim, a partir da origem divina do poder, será possível emergir um “conteúdo religioso” das palavras do Arcebispo.

Na conferência de Dom Joaquim há espaço para heróis catarinenses como Anita Garibaldi, Irmão Joaquim, Joana de Gusmão. Na verdade, sua palestra constitui-se em verdadeiros loas à história do Brasil: a guerra contra os holandeses, os bandeirantes e sua ação expansionista, a diplomacia que fixou as fronteiras do império, o surgimento da República quando muito louva seus fundadores. Refere-se à campanha de Canudos, descreve fatos que se passaram na Câmara dos Deputados etc.

A trajetória de vida, as tomadas de posição, os sermões, as conferências de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, de um lado, testemunham que “não é possível esquecer que o discurso da Igreja é teológico-político”,²⁸ de outro lado, revelam um pouco da mentalidade de tempos já idos, com uma dada ordem de interesses e uma certa visão de mundo. Nesse sentido, a questão étnica era, naqueles tempos, uma questão expressiva não só em Santa Catarina, mas em toda a região Sul, povoada por imigrantes estrangeiros. Tratava-se de grupos dotados de forte sentimento religioso: os protestantes chegavam ao Brasil com seus pastores a bordo e os católicos, assim que se estabeleciam, pleiteavam o atendimento espiritual de um sacerdote. Essa forte relação que os grupos imigrantes mantinham com o espiritual era um fator que estimulava, no Sul do Brasil, a presença da Igreja Católica através de seus sacerdotes (e de religiosos/religiosas) de nacionalidade estrangeira.

Nos primeiros tempos do regime consagrado pela Constituição de 1891, o sentimento nacional pós República foi fortemente marcado pelas posturas de laicidade no ensino (então recentes); este, tradicionalmente, tinha sido um importante campo de atuação da Igreja Católica. Nos debates que então se desenvolveram, a Igreja Católica posicionou-se con-

²⁸ VILELA, M. J. Histoire religieuse et société globale. Notas bibliográficas sobre a história do catolicismo brasileiro. In: *Études Brésiliennes*, Année 1, juillet 1975, n. 2, p. 58-59. Citado por ROMANO, R. *Brasil: Igreja contra Estado* (crítica ao populismo católico). São Paulo: Kairós Livraria e Editora Ltda, 1979. p. 20.

²⁹ AZEVEDO, F. de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964. p. 665.

tra essa política de neutralidade escolar; o que foi criando um fosso de separação entre a idéia religiosa e a idéia republicana que parecia se aprofundar cada vez mais.²⁹ Era necessário, na visão da hierarquia católica, evitar novos espaços de tensões; um desses possíveis problemas era a existência de um clero de origem estrangeira, muito atuante no Sul, e falando o idioma de origem dos imigrantes. Dessa forma, a questão da nacionalização do clero e das manifestações de religiosidade católica passou a ser um assunto muito importante para a Igreja. Nesse contexto, entende-se que a Conferência do Episcopado do Sul do Brasil tenha discutido a necessidade de formarem-se sacerdotes de origem brasileira e com mentalidade mais harmônica com a vida nacional. *Queria-se desde então (1903) imprimir novos rumos à pastoral católica, mais afinados com os recentes tempos republicanos.*

Posteriormente (1917), os assuntos de “nacionalização” voltariam a ser debatidos, agora em clima de Primeira Guerra Mundial. Neste momento, as preocupações mais marcantes eram do governo e estavam dirigidas às populações estrangeiras que haviam demandado ao país como imigrantes, especialmente as de origem germânica - o Brasil havia assumido a condição de beligerante contra a Alemanha. Nesse conflito, a participação do Brasil foi modesta em termos objetivos,³⁰ mas foram relevantes as conseqüências advindas do fato. De um lado, que diz respeito às relações externas, permitiu ao país participar da Liga das Nações e mesmo integrar o Conselho de Segurança como membro eleito. O Brasil, era inegável, adquirira um certo espaço no concerto das nações. De outro lado, que se refere às relações internas, reavivou o debate nacionalista e agravou as preocupações com a integração nacional das populações de origem estrangeira, criando as condições básicas para o início da intervenção governamental, que começaria no sistema de ensino.

Surge a primeira proposta nacionalizadora para o ensino elementar, uma contribuição do deputado Lebon Regis, integrante da bancada federal que representava Santa Catarina. Tratava-se de um projeto pouco ambicioso, é verdade, mas que veio a se constituir no passo inicial de uma ação conjunta entre a União e o estado, visando a questão da naci-

³⁰ O Brasil foi o único país sul-americano a estar presente no conflito. Enviou aviadores e médicos à Europa e colaborou com a Inglaterra no patrulhamento do Atlântico Sul.

onalização no Sul do Brasil. O assunto ocasiona propostas substitutivas ao que passou a ser chamado “projeto Lebon Regis” e gera debates nos jornais e no âmbito do legislativo.

Desse contexto, emergem as primeiras medidas: o governo federal intervém no ensino fundamental, com objetivos nacionalizadores, mandando fechar as escolas particulares (as chamadas “escolas estrangeiras”, mantidas por Sociedades Escolares de zonas de colonização) onde não se ensinasse eficientemente o idioma português. Antes dessa decisão, porém, o governo e os jornais muito discutiram a questão: intervir no sistema de ensino das unidades federadas? De que maneira? E perguntava-se, ainda: seria uma medida constitucional?³¹ A resposta somente chegará com o decreto federal de 4 de maio de 1918 que autorizava (e subvencionava) intervenções federais no ensino.

Ao espírito desse plano de nacionalização, Dom Joaquim Domingues de Oliveira demonstrou logo aderir. Enquanto o governo brasileiro debatia e amadurecia uma tomada de decisão, o Arcebispo Dom Joaquim antecipou-se e no ano de 1917 já havia resolvido o assunto no âmbito de sua jurisdição: demitiu todos os padres e religiosos/religiosas alemães que então estavam com a responsabilidade de dirigir escolas e colégios católicos. Como é fácil de se imaginar, granjeou uma antipatia perene desse grupo étnico (e dos imigrantes estrangeiros, em geral), estimulada por atitudes outras que foi tomando no decorrer de sua vida de pastor episcopal.

A questão da nacionalização do clero sempre foi um tema ao qual Dom Joaquim dedicou muita atenção. As suas visitas pastorais eram geralmente longas e efusivas. Foram também numerosas. Deslocava-se utilizando todos os meios de transporte possíveis, a cavalo, de carroça, de automóvel; de avião, pela primeira vez somente em 1952. Nessas visitas pastorais, sempre estimulava o uso do idioma vernáculo. Em situações entendidas como de natureza mais oficial como conferências, práticas, meditações, avisos etc., o uso do português era considerado imprescindível; mas permitia (ou tolerava) que explicações complementares fossem dadas em língua estrangeira – o falar étnico. A questão idiomática, todavia, era apenas um suave sintoma de uma inquietação de

³¹ A partir de interpretações da Constituição de 1891, essa intervenção foi cercada de muitos debates no sentido de aclarar-se a sua constitucionalidade. A grande questão era saber se o governo federal poderia legalmente intervir no ensino primário das unidades federadas.

relações que havia entre Dom Joaquim e as comunidades de origem estrangeira; contudo, a tensão maior dirigia-se aos sacerdotes: “Dom Joaquim tinha grande dificuldade de relacionamento com os padres alemães e italianos, sendo a recíproca verdadeira”.³² Há, no entanto, formas menos suaves de descrever a situação. Em publicação do Instituto Teológico de Santa Catarina, de 1995, o Padre José Besen analisa a política nacionalizante implantada em Santa Catarina, nos tempos da Primeira e da Segunda Grande Guerra. Ai entra a figura de Dom Joaquim e diz-se sobre a conduta do Arcebispo:

*“A política nacionalizante da Primeira Guerra (1914-1918), que fez Dom Joaquim colocar-se abertamente contra os imigrantes alemães, demitindo, em 1917, todos os diretores de escolas e colégios católicos alemães, isto é, deixando todas essas instituições ao desamparo, criou uma antipatia natural entre o bispo e os padres alemães, grandes e zelosos sacerdotes. O bispo não fica isento de mácula ao não se posicionar ao lado de seus sacerdotes, caluniados e perseguidos pela fúria antigermânica. O mesmo aconteceu durante a Segunda Guerra (1939-1945), deixando de interceder pela libertação de sacerdotes presos sob a ridícula acusação de serem quintas-colunas germânicas.”*³³

Do ponto de vista da prática religiosa, nesses tempos de proibição idiomática, a maioria das comunidades imigrantes, assíduas e fervorosas em sua religiosidade, acabaram ficando, de certa forma, afastadas dessa prática - não entendiam o idioma português em que o culto se desenvolvia. Na perspectiva dos tempos atuais pode parecer algo não relevante. Mas há sacerdotes, como o jesuíta Arthur Rabuske que lembra o uso

³² BESEN, J. A. *Duas formas de catolicismo: o processo da romanização*. 1992, (Mimeografado). p.7. Citado por SERPA, É. C. Igreja e poder em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. p. 126.

³³ BESEN, J. A. Igreja e política em Santa Catarina. In: *Revista do Instituto Teológico de Santa Catarina - ITESC*, v. 10, n. 2, p. 69, 1995.

milênar adotado pela Igreja Católica ao difundir a sua mensagem entre grupos sociais de diferentes culturas: “o povo cristão tem o direito de ouvir, em sua língua materna, o anúncio do Evangelho, e isso independentemente de qualquer outro direito, como o civil.”³⁴ Fala, ainda, o Padre Arthur Rabuske, sobre aqueles dias que ele considera de triste memória, os das “nacionalizações forçadas” da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Analisa a conduta da hierarquia da Igreja durante esses tempos e deixa pairar sobre ela um julgamento social:

“Observo aqui de passagem — seja de quem for a culpa real - que sob o ponto de vista eclesiástico foi uma calamidade e uma injustiça clamorosa o fato de se haver privado da palavra de Deus, em sua língua materna, aqueles que não conheciam nem podiam conhecer outro idioma, mesmo que fosse o do país de adoção. Ai dos pastores que nisso se omitiram.”³⁵

De tudo pode entender-se que, para Dom Joaquim Domingues de Oliveira, era muito importante a questão política. Mais relevante, ao que parece, do que cultivar sensibilidades com a diversidade étnica do estado onde, como Arcebispo, era responsável pelo pastoreio das almas. Para esse membro da hierarquia eclesiástica, a ação política de Getúlio Vargas representava com fidelidade os ideais republicanos; e não esquecia de louvar o decreto-lei (abril de 1931) que permitira a educação religiosa nas escolas públicas, que fora abolida desde a Constituição de 1891; e entendia, também, que era importante que o Estado subvencionasse as escolas particulares.

Não cabe aqui analisar as relações e tensões que levaram a Igreja Católica a apoiar o governo implantado em 1937. O que se quer dizer apenas é que, nesse momento, a Igreja foi colocada numa situação de obediência ao Estado; dessa forma, até por uma questão de sobrevivência, tinha necessidade de colocar todo o empenho numa crescente re-

³⁴ RABUSKE, A., Padre. S.J. A Igreja Católica e a colonização teuto-brasileira: o caso do Rio Grande do Sul. In: FIORI, N. A. (org). *Etnia e educação: a escola “alemã” no Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2001. p. 239-40. (no prelo)

³⁵ *Ibidem*. p. 240.

conquista de espaço político que lhe fora tirado. Nessa linha de ação, Dom Joaquim Domingues de Oliveira apresenta-se como um dos mais entusiastas. Os discursos que proferiu e as posturas que tomou durante seu tempo de gestão episcopal, fizeram-no ser escolhido como especial objeto de análise neste estudo. Mas outros membros da hierarquia eclesiástica também participaram com “poder de voz” proferindo suas conferências nos eventos de Brasilidade realizados, nos anos seguintes, na capital do estado: Dom Pio de Freitas (1942), Bispo de Joinville e o jesuíta Padre Bertoldo Braun (1943), diretor do Colégio Catarinense, uma escola muito prestigiada que se ocupava com a educação de filhos de famílias abastadas.

O Quarto Congresso de Brasilidade vai ocorrer de 10 a 19 de novembro de 1944. Contudo, pode-se identificar no evento um clima geral de mudança, pelo menos na capital do estado de Santa Catarina – um eficiente termômetro das relações de poder, como centro político-administrativo. A figura do Interventor Nereu Ramos continuava presidindo e, com sua presença, prestigiando as solenidades. Todavia, uma análise dos nomes dos conferencistas, como articulados com as esferas do poder, revela um enfraquecimento – já não estão tão fortemente representados os primeiros escalões do poder executivo e, comparativamente aos eventos anteriores, os intelectuais que gravitam em torno do evento já não são nomes tão expressivos do ponto de vista social e político.

Além dessa análise de ordem mais geral, há um expressivo indicador bem concreto: Dom Joaquim Domingues de Oliveira, Arcebispo Metropolitano, não compareceu às solenidades – enviou um representante que não teve sequer o nome registrado nas principais divulgações do evento; que não profere nenhum discurso, não emite mensagem alguma. Tudo leva a crer que estava ali apenas “de corpo presente”. Por que a Igreja Católica, ao contrário dos eventos anteriores, não mais expôs a sua catequese de forma discursiva e agora ocupou apenas um modesto espaço formal entre as autoridades? O que a teria levado a “viver o silêncio”?

A área temática denominada “Unidade Moral e Social” que, nos Congressos de Brasilidade anteriores (anos 1941, 1942 e 1943) fora cativa da Igreja Católica, não figura mais na programação; nem sequer é abordada. Isto pode significar, mudança expressiva e forte, que a instituição religiosa não mais ocupa esse espaço político-social. Mas perdura

a interrogação: a Igreja Católica “perdera” esse espaço efetivamente ou “afastara-se” dele pois já se sabia então (novembro de 1944) que o poder civil estava praticamente moribundo - “a ditadura está se esfacelando”.³⁶ Ou tratava-se de uma retirada estratégica (o que parece mais provável) tendo em vista uma nova situação nacional que se estava delineando no horizonte?

De fato, Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, renuncia ao poder e assim altera-se a situação política do país. Os Congressos de Brasilidade perdem o seu principal aporte institucional - o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Exaurem-se, também, os principais objetivos desses exaltados eventos cívicos - louvar os governantes e a unidade étnica e cultural do país - posturas que não se harmonizam com os novos tempos que despontam, os democráticos.

Referências bibliográficas

ALVES, Rubem. *O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

BESSEN, José Artulino, Padre *Dom Joaquim Domingues de Oliveira*: traços biográficos; linha de pensamento; a palavra do Pastor (antologia). Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1979.

CÂNDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 13ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1979.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Trad. Joaquim Pereira Neto. 2ª ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

ESTADO DE SANTA CATARINA. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 12 de novembro de 1941. Ano VIII, n. 2139.

³⁶ CARONE, Edgard. *A Terceira República: (1937-1945)*. Op. Cit. P. 112.

ESTADO DE SANTA CATARINA. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 4 de novembro de 1941. Ano III, n. 2134.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina: a terra, o homem e a economia*. Santa Catarina: Edição da UFSC, 1968.

VILELA, M.J. Histoire religieuse et société globale, notas bibliográficas sobre a história do catolicismo brasileiro. In: *Études Brésiliennes*, v. 1, n. 2, juillet 1975.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOULIN, Léo. *Les socialisations. Gembloux: Duculot, 1975*. Citado por RIVIÈRE, Claude. As liturgias políticas. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

OLIVEIRA, Joaquim Domingues de. Arcebispo Metropolitano. Unidade moral In: SANTA CATARINA. *Primeiro Congresso de Brasilidade em Santa Catarina*: 10 a 19 de novembro de 1941. Florianópolis: DEIP, s.d.

RABUSKE, Arthur, Padre.S.J. A Igreja Católica e a colonização teuto-brasileira: o caso do Rio Grande do Sul. In: FIORI, Neide Almeida, (Org). *Etnia e educação: a escola "alemã" no Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: EDUFSC, 2001.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado* (crítica ao populismo católico). São Paulo: Kairós, 1979.

WERNET, Augustin. *Prefácio*. In: SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: EDUFSC, 1997.

Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.30, p.43-65, outubro de 2001